

# Editorial 44 - Em 2022, ricos pagam menos impostos!

Por: Agostinho Mateus

## OGE 2022 - Receita por Natureza

Valores em 10 <sup>9</sup> Akz	OGE 2021 em Akz de 2022	OGE 2022	Variação Absoluta	Variação Relativa	% sobre OGE 2021 em Akz 2022	% sobre OGE 2022	% da receita não-petrolífera	% do PIB não-petrolífero
Receitas Correntes	9 563,7	11 637,4	2 073,6	21,7%	100,0%	100,0%	210,8%	28,6%
Impostos Não-petrolíferos	3 961,0	4 565,9	604,9	15,3%	41,4%	39,2%	82,7%	11,2%
Impostos sobre rendimento	1 953,3	2 432,5	479,2	24,5%	20,4%	20,9%	44,1%	6,0%
Rendimento das pessoas singulares (IRT e IAC)	978,3	1 262,5	284,1	29,0%	10,2%	10,8%	22,9%	3,1%
Rendimento das pessoas colectivas (I.Ind. e I.EJ.)	974,9	1 170,0	195,1	20,0%	10,2%	10,1%	21,2%	2,9%
Impostos sobre a Propriedade	78,7	49,1	-29,6	-37,6%	0,8%	0,4%	0,9%	0,1%
Impostos sobre a produção e transacções	1 256,4	1 325,5	69,0	5,5%	13,1%	11,4%	24,0%	3,3%

Fonte: MINFIN

Com relação ao OGE de 2021, os impostos não petrolíferos em 2022 crescem, em termos reais, 15%. No entanto a sua participação sobre a receita não financeira cai 2pp quando comparado com o período transacto, devido a previsão mais optimista sobre aos rendimentos do petróleo.

Os impostos não-petrolíferos representam cerca 83% da receita não-petrolífera e 11% do PIB não-petrolífero.

Nessa rubrica, os impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares e colectivas, têm um peso alto pois representam mais de um 1/3 da receita corrente prevista. Neste ano, o Estado espera arrecadar das pessoas singulares cerca de 284 mil milhões de Kwanzas a mais do que no ano passado e das pessoas colectivas (empresas) cerca de 195 mil milhões de Kwanzas a mais, do que no ano de 2021.

Indiscutivelmente, todos devemos pagar impostos. É imperioso que assim seja.

No entanto, o Relatório de Fundamentação do OGE 2022 não indica claramente como se procederá para aumentar a arrecadação a esses níveis, sem que se promova um aumento considerável da remuneração da mão-de-obra actualmente empregada e/ou o alargamento da base tributável em sede desse imposto; quiçá por via do Programa de Reconversão da Economia Informal, que já está em vigor, mas que ainda não publicou dados como: das mais de 40 mil actividades já formalizadas, quantas estão activas? Quantas estão cadastrados como micro-negócios? Quantos estão enquadrados como trabalhadores por conta própria? O que tem sido feito para a protecção desses negócios? Qual é o valor que acrescentaram a economia? Etc.

Porém, um eventual aumento dos salários aumentaria os custos operacionais das empresas. Logo, teriam menos rendimentos e consequentemente pagariam menos impostos. Como tributá-las em termos reais, mais 20% com relação ao ano de 2021?

Facto é que o Estado prevê arrecadar mais das pessoas singulares e colectivas, em termos reais, +29% e +20%, respectivamente, em 2022. Quer dizer, assumindo que haverá aumento salariais iguais a inflação, de onde vem esses 30% de aumento?

Mantêm-se a apetência pela tributação dos rendimentos e das transacções em detrimento da propriedade: Quem possui muitas propriedades quase nada paga; e em 2022 pagará ainda menos, em termos reais.

Os impostos recaem sobre os trabalhadores e os consumidores. Os ricos já não pagam!

Senão vejamos: A previsão de arrecadação em sede do imposto sobre a propriedade reduz em termos reais, -30 mil milhões de Kwanzas; cerca de 38% quando comparado com o ano de 2021.

A participação do imposto sobre a propriedade, na receita, cai de 2%, em 2019, para 0,4%, em 2022, não atingindo sequer 1% da receita não-petrolífera e representando apenas 0,1% do PIB não-petrolífero! É preciso tributar a propriedade! Titulem a propriedade!

Conforme temos discutido no capítulo sobre o ambiente de negócios, do relatório económico trimestral do CINVESTEC, a transformação da riqueza em capital é de suma importância para a dinamização da economia. Há riqueza. Só não devemos deixá-la estagnada. Pois que parada é de pouca serventia; continuaremos a ter um país potencialmente bastante rico, mas, na prática, a viver num país muito pobre.

A propriedade precisa ser titulada para que se transforme em capital e gere rendimentos tributáveis. É com receitas provenientes da tributação não-petrolífera que o Estado deve procurar manter-se para que com o que for obtendo do petróleo possa realizar o bom investimento e ir reduzindo os custos com o serviço da dívida.

Quem mais propriedade tem, mais deve pagar. Aqui o imposto também precisa ser progressivo; assim como é nos rendimentos. Mas, para tal, é preciso que se titule o património. Seja ele em forma de casa, terreno ou outra.

Ademais, é preciso que a tributação recaia sobre o detentor da propriedade e não sobre a propriedade, como tem sido feito: Aquele que tem uma única casa no valor de 6 milhões de Kwanzas, pode pagar mais em termos relativos, do que aquele que tem 6 casas no valor de 5 milhões cada uma.